

A IMPORTÂNCIA DA ECONOMIA RURAL

Clésio Ramiro da Silva Melão*

Durante o segundo período letivo do ano de 2000 tive a oportunidade de cursar Economia Rural, uma disciplina optativa, a qual nos chamou atenção para uma série de aspectos relevantes da economia capitalista. Após uma análise mais aprofundada, percebi o quanto é importante o estudo desta disciplina dentro da ciência econômica. Para que possamos ter uma compreensão melhor do desenvolvimento da economia capitalista, é extremamente necessário analisarmos todas as modificações que ocorrem na produção agrícola, quando o modo de produção capitalista transforma as forças produtivas e as relações de produção do setor primário. O capitalismo nasce, sem dúvida alguma, no bojo da Revolução Industrial, e esta, por sua vez, tratou-se de uma revolução de caráter eminentemente urbano. Mas o capitalismo jamais poderia se consolidar de forma plena sem antes ter que, necessariamente, reformular toda a ordem social no campo. O estudo da Economia Rural pode nos proporcionar também uma compreensão da existência de formas de produção não especificamente capitalistas, como os latifúndios extrativistas existentes na economia do Piauí.

Importante trabalho neste sentido foi elaborado pelo teórico marxista alemão Karl Kautsky, em seu livro intitulado "A Questão Agrária". Ele nos revela que na agricultura pré-capitalista há uma indústria camponesa de bens de consumo e de produção sustentada pelo intercâmbio comercial do excedente, entre as diversas unidades produtivas-oficinas de artesanato. Com a entrada de produtos industriais no campo, esta cadeia de intercâmbio é quebrada. Desta forma o produtor rural pré-capitalista deixa de canalizar o seu excedente para a economia de subsistência e, após a passagem por uma economia mercantil simples, acaba por destinar sua produção à economia mercantil capitalista.

Este é apenas um, dentre os vários aspectos abordados por Kautsky, para explicar as transformações ocorridas no campo, após o surgimento do modo de

produção capitalista. São analisados também os problemas da adaptação da produção às necessidades do mercado, a formação da grande propriedade agrícola e as dificuldades de introdução da maquinaria na produção agrícola. Do ponto de vista das relações de produção, Kautsky discorre sobre o aparecimento da figura do comerciante intermediário conhecido no Brasil como "atravessador", o aumento da demanda por moeda e da usura no campo e a proletarianização do camponês. A análise do autor nos leva a concluir que, a exemplo do que acontece na cidade, no campo também há uma luta de classes, com características muito próprias. É justamente aí que reside a importância do estudo desta disciplina dentro do nosso curso.

No contexto da formação econômica brasileira, a importância do estudo da Economia Rural reside em vários aspectos. Existe a necessidade de uma análise mais aprofundada da trajetória das lavouras de açúcar e café, responsáveis pela maior parte da história econômica de nosso país. A formação de nossa estrutura fundiária e a questão da pequena propriedade, como também as causas e consequências do surgimento de movimentos sociais de luta pela posse da terra. Muito embora muitas destas questões já possam ter sido vistas em outras cadeiras, de forma pontual, é importante analisá-las de maneira coesa, para que possamos ter uma visão mais nítida da formação de nosso setor primário.

Merece destaque neste particular a análise feita por John Wilkinson, em "O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção". Lançando mão do instrumental teórico elaborado por Kautsky, Wilkinson faz uma revisão das principais teses existentes sobre a formação da estrutura agrária brasileira, com ênfase na região nordestina. O autor agrupa as diversas visões em duas correntes distintas: uma que estabelece uma similaridade entre a estrutura agrária brasileira no período pós-escravista e o feudalismo europeu, vendo na figura de parceiros

e arrendatários brasileiros uma correspondência com o camponês europeu do período feudal. Na corrente oposta, as relações de produção entre o parceiro/arrendatário e o latifundiário brasileiro são vistas como relações capitalistas mercantis. Além disto, os adversários da tese feudalista alegam que o parceiro ou arrendatário encontrava-se desprovido de seu principal meio de produção: a terra. Sendo assim, eles não poderiam ser definidos como camponeses, nos moldes da agricultura feudal.

Confrontando estas duas visões, Wilkinson conclui que a classe de pequenos produtores brasileiros "...compreende na sua maior parte uma massa altamente instável de pequenos produtores em parcelas de tamanho inviável, em vários estágios de proletarianização e crescentemente ameaçados de completa expropriação."

Diante de tais constatações parece se afigurar de forma clara que a compreensão de todo e qualquer sistema econômico deve passar irremediavelmente pela compreensão do funcionamento do setor primário, uma vez que este constitui a base da cadeia produtiva. O crescente interesse das grandes corporações pelo domínio da biotecnologia é uma prova irrefutável deste fato. Se temos em mente a importância de se cursar uma cadeira de Economia Industrial, por que devemos achar que seja menos importante cursar a cadeira de Economia Rural? Ou será que nossas tendências ideológicas nos impulsionam a desprezar esta última?

Desta forma entendemos que a disciplina de Economia Rural está revestida de uma importância muito grande para ser relegada à condição de disciplina optativa. Propomos a sua passagem para o currículo obrigatório e, inclusive, a mudança de seu nome para Economia Agrária ●

*Clésio Ramiro da Silva Melão é aluno do Curso de Ciências Econômicas/UFPI